

**ESTUDO DE CASO NA COMUNIDADE DA BENJAMIN CONSTANT EM
BRAGANÇA- PARÁ: UMA ANÁLISE DE TERRITÓRIO NO ESPAÇO
RURAL (1894-2024)**

**CASE STUDY IN THE BENJAMIN CONSTANT COMMUNITY IN
BRAGANÇA- PARÁ: AN ANALYSIS OF TERRITORY IN RURAL SPACE
(1894-2024)**

Juliana da Silva Matos¹

Resumo: O trabalho analisa a formação geográfica e territorial da comunidade Benjamin Constant, situada no município de Bragança-PA. Fundada em 1894 como núcleo colonial, recebeu imigrantes espanhóis e nordestinos para fomentar a agricultura e abastecer a capital, Belém. Utilizando metodologia quanti-qualitativa e estudo de caso, a pesquisa investigou, por meio de entrevistas, questionários e levantamento bibliográfico, as transformações territoriais e socioeconômicas da comunidade. Três ciclos históricos moldaram o território: ferroviário (1908–1964), rodoviário (a partir de 1956) e elétrico (a partir de 2008). A extinção da ferrovia provocou isolamento, êxodo rural e queda populacional — hoje com apenas 127 moradores. Apesar disso, a agricultura familiar persiste, adaptando-se às exigências do mercado, como a Indicação Geográfica da farinha de Bragança. O estudo evidencia desafios como infraestrutura precária, falta de políticas públicas e perda da identidade territorial, contrastando com a resistência cultural e produtiva dos moradores. Conclui que a valorização da história local e o fortalecimento da agricultura familiar são essenciais para o desenvolvimento sustentável e a permanência das famílias no campo.

Palavras chaves: geografia, comunidade, território e espaço rural

¹ Licenciatura em Geografia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA

Abstract: This paper analyzes the geographic and territorial formation of the Benjamin Constant community, located in the municipality of Bragança-PA. Founded in 1894 as a colonial center, it received Spanish and Northeastern immigrants to promote agriculture and supply the capital, Belém. Using quantitative and qualitative methodology and case study, the research investigated, through interviews, questionnaires and bibliographical survey, the territorial and socioeconomic transformations of the community. Three historical cycles shaped the territory: railway (1908–1964), road (from 1956) and electric (from 2008). The closure of the railway caused isolation, rural exodus and population decline - today with only 127 residents. Despite this, family farming persists, adapting to market demands, such as the Geographical Indication of Bragança flour. The study highlights challenges such as precarious infrastructure, lack of public policies and loss of territorial identity, contrasting with the cultural and productive resistance of the residents. It concludes that valuing local history and strengthening family farming are essential for sustainable development and the permanence of families in the countryside.

Keywords: geography, community, territory and rural space

INTRODUÇÃO

A comunidade Benjamin Constant, localizada em Bragança, no Pará, possui uma longa história ligada ao desenvolvimento da própria cidade, remontando ao período colonial do Brasil. No contexto geográfico, o Núcleo Benjamin Constant (fig.1), está situado a sudoeste de Bragança², a aproximadamente 25 km do centro da cidade. Neste primeiro momento, é caracterizado, de acordo

2 Região Nordeste do Pará com 200 km de extensão e 50 km de largura entre a Região do Salgado e Região Guajarina, sua extensão corresponde a distância entre as cidades de Belém e Bragança, esta denominação foi dada no período da construção a estrada de ferro e criação das Colônias Agrícolas (Penteado, Pág.63)

com as políticas estatais, como Núcleo³ de implantação de colonização em território Bragantino.

Figura 1: Mapa de Localização Benjamin Constant.



Fonte: Matos, (2024).

Para compreender a formação dos núcleos em territórios amazônicos, é essencial analisar a história do Brasil a partir de sua dimensão colonial, considerando que esse processo teve grande importância na constituição de novas identidades na região da Bragantina. Segundo as bases da formação territorial do Brasil, a colonização é caracterizada pela relação entre uma sociedade em expansão e os territórios onde essa expansão ocorre (MORAES, 2001).

O nome da comunidade carrega um importante simbolismo histórico, homenageando Benjamin Constant, uma figura central do movimento republicano brasileiro. Ele foi um dos principais líderes da transição do Brasil da monarquia para a república em 1889 e é reconhecido por seu papel na consolidação do novo sistema político (SOUZA; OLIVEIRA, 2015).

3 A historiografia apresentou a criação de núcleos coloniais como parte da política de imigração desenvolvida pelos governos central e provincial, no processo de transição do trabalho escravo para o livre; no caso da Amazônia, a implantação das colônias agrícolas deverá ser compreendida também como estratégia de ocupação (Penteado, Pág.64).

A ideia de implantar núcleos agrícolas na Amazônia remonta à segunda metade do século XIX, quando governos do Pará e do Amazonas buscaram suprir a crescente demanda por alimentos na região (SILVA, 2015). De fato, segundo Francivaldo Alves Nunes (2012), já em 1854, o Barão de Mauá e a Companhia de Comércio do Amazonas deram início a essa política, condição para a liberação da navegação no rio Amazonas. Ainda nesse contexto de expansão, o ciclo extrativista da borracha, no final do século XIX e início do XX, ampliou o interesse econômico pela região, catalisando a demarcação de 559 lotes em 116 km² no ano de 1894 e contribuindo para a formação de vilarejos e trajetos comerciais.

O traçado da Estrada de Ferro de Bragança, implantado pouco depois, consolidou definitivamente o padrão fundiário e espacial da colônia Benjamin Constant, atraindo imigrantes europeus e brasileiros e servindo como principal via de escoamento. Ao longo dos trilhos, surgiram aglomerados populacionais que permitiram a circulação de mercadorias e pessoas, delineando o recorte geográfico inicial que ainda orienta a caracterização territorial da comunidade.

A desativação gradual dessa ferrovia, concluída em 1964, inaugurou um novo capítulo na história local: a dependência das estradas vicinais e a monocultura da mandioca. Muitas das antigas linhas férreas deram lugar a caminhos de terra que, sem manutenção e asfaltamento, acentuaram o isolamento de áreas interiores. Ao mesmo tempo, assistiu-se à venda de parcelas familiares para grandes fazendas de pecuária bovina, processo que reorganizou as relações de poder sobre a terra e intensificou o êxodo rural.

Entre 2008 e 2010, a chegada da eletricidade trouxe perspectivas de reaproximação, viabilizando sistemas de irrigação movidos a bomba elétrica e facilitando a comunicação via rádio. Em seguida, a partir de 2015, ações de regularização fundiária, embora lentas, passaram a garantir títulos de terra e acesso a programas de apoio governamental, enquanto iniciativas de turismo de base comunitária resgatavam a memória ferroviária e estimulavam novas fontes de renda. Essa trajetória, que articula formação, uso e organização do território, sustenta cada um dos nossos objetivos específicos, oferecendo subsídios concretos para a compreensão e a proposição de políticas de fortalecimento e

revitalização de Benjamin Constant.

Dessa forma, ao longo de seus 130 anos de história, o território de Benjamin Constant reflete as três grandes dimensões propostas nos objetivos: a formação geográfica originada pela ferrovia, as distintas formas de uso do solo, desde a monocultura de mandioca até a pecuária extensiva, e os modos de organização comunitária que se reinventam frente a adversidades. Esta contextualização histórica sustenta, portanto, a análise territorial, oferecendo o pano de fundo necessário para caracterizar as dinâmicas espaciais, sociais e econômicas que moldam o presente e apontam caminhos para o futuro da comunidade.

Reconhecendo a importância da criação de núcleos em terras bragantinas como um meio de escoamento e abastecimento para a capital, Belém, esta pesquisa tem como objetivo realizar a Caracterização Territorial da Comunidade Benjamin Constant. Para isso, foram desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: 1) Compreender a formação geográfica e territorial da comunidade Benjamin Constant; 2) Caracterizar as formas de uso do território rural na comunidade Benjamin Constant; e 3) Descrever as formas de organização da comunidade diante dos desafios econômicos, analisando mecanismos de resistência, conservação e uso da terra.

O estudo justifica-se pela necessidade de compreender a formação geográfica e territorial da comunidade Benjamin Constant, localizada em Bragança, Pará, Brasil. Nessa região, a ocupação dos territórios esteve diretamente ligada às políticas coloniais em transição e à expansão da economia agrária. A partir dessa reflexão, formula-se a seguinte problemática de pesquisa: como esse território tem se organizado diante dos desafios sociais e econômicos decorrentes da extinção da colônia de implantação?

Para compreender o processo territorial de ocupação desse espaço, será necessário desenvolver uma pesquisa baseada em um estudo de caso, com foco na investigação empírica dentro da comunidade Benjamin Constant, buscando esclarecer fenômenos atuais que ainda não estão claramente evidentes.

A compreensão da terra no Brasil reclama algumas considerações referentes ao processo de

ocupação e colonização, ambos os processos desenharam a geografia brasileira do presente. Na região Bragantina não é diferente, a terra na sua categoria rural é palco da superfície de vários acontecimentos inclusive a forma a qual foi colonizada para servir aos interesses que trouxe em seu bojo o “Progresso” com jubilo a capital do estado, quebrando o isolamento em que vivia a região Bragantina.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A ideia de tornar o ensino mais prático e valorizar a formação por competências leva à adoção de metodologias baseadas no trabalho por projetos, destacando a importância da análise de situações concretas. Nesse contexto, o estudo de caso se apresenta como um exemplo dessa abordagem.

A proposta metodológica do estudo de caso não possui uma definição consensual, sendo compreendida e explicada de diferentes formas. Ele é descrito como “um termo global para uma família de métodos de investigação que têm em comum o foco deliberado no estudo de um determinado caso” (ADELMAN et al., 1977 apud BELL, 1997, p. 23). Segundo Chizzotti,

Trata-se da definição de um objeto de estudo determinado pelo interesse em casos individuais, e não pelo método de pesquisa utilizado. O objetivo é explorar um caso singular, situado no mundo real, bem delimitado e contextualizado no tempo e no espaço, reunindo informações detalhadas (CHIZZOTTI, 2006, apud ESTEVES, 2010, p. 100).

A ideia de base, do estudo de caso,” é a de proporcionar uma investigação empírica através de coleta de dados de fenômenos que estão acontecendo na atualidade. Para além de conhecimentos há métodos e técnicas, desde a coleta de dados até ao seu tratamento e representação, que geralmente aparecem como dados adquiridos, como produtos de que se ignora o processo” (FERREIRA; NAVES, 2013, p. 3).

O estudo de caso não possui uma definição consensual, sendo descrito como “um estudo em profundidade de um ou mais exemplos de um fenômeno no seu contexto natural, que reflete a perspectiva dos participantes envolvidos” (GAIL et al. apud AMADO, 2013, p. 124). Nesse contexto, os participantes são os moradores da comunidade Benjamin Constant, cujas narrativas, vivências e

perspectivas de vida ao longo do tempo contribuem para a compreensão do fenômeno estudado.

O seu objetivo é compreender em profundidade o “como” e os “porquês” dessa entidade, evidenciando a sua identidade e características próprias, nomeadamente nos aspetos que interessam ao pesquisador” (Ponte, 2006, p.106). O estudo de caso é ainda visto como uma estratégia de pesquisa, usada em variadíssimas situações, como nas ciências políticas e nas pesquisas da administração pública; na psicologia e sociologia; nos estudos de gestão e no planeamento regional de uma cidade, região ou bairro (SOUSA; BAPTISTA, 2011, p .11).

Para o desenvolvimento deste estudo de caso, será necessária uma pesquisa de campo com abordagem quanti-qualitativa. Segundo Minayo (1994), a diferença entre os aspectos quantitativos e qualitativos, refere-se à pesquisa social.

A abordagem quanti-qualitativa aprofunda a investigação do universo de significados das ações e relações humanas, um aspecto que não é diretamente perceptível e não pode ser capturado por médias ou estatísticas.

Para compreender o processo de ocupação do território, esta pesquisa foi dividida em três etapas:

A. Pesquisa de campo – Foram realizadas cinco visitas à comunidade de Benjamin Constant em estações diferentes no ano de 2023 no inverno e verão, com o objetivo de conhecer as principais lideranças locais, compreender a área analisada e ouvir os anseios dos moradores. Essa interação inicial permitiu um primeiro contato com o objeto de estudo e serviu como base para a etapa seguinte.

B. Levantamento bibliográfico – Após o reconhecimento local, foi realizada a seleção de bibliografias teóricas voltadas para a geografia da região, com foco no processo de ocupação do território e sua evolução desde o período colonial até a atualidade. O conceito de território, fundamental para a delimitação da pesquisa, foi utilizado para compreender o que essa territorialidade representa no espaço rural, partindo da abordagem da própria colonização na ocupação do espaço.

C. Coleta de dados – A última etapa consistiu na aplicação de questionários e no levantamento

de dados dentro da comunidade para análise. Os recursos utilizados incluíram celulares para registro fotográfico, gravadores de áudio e entrevistas de cunho social, respeitando os princípios éticos e morais. Para garantir o consentimento dos participantes, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Esta investigação constitui uma oportunidade para analisar as formas de resistência e adaptação da comunidade diante dos desafios socioeconômicos, permitindo uma compreensão mais ampla de como os espaços rurais se organizam para responder às dinâmicas de expansão territorial e à inserção de novas culturas, resultando em uma multiculturalização de técnicas e saberes.

Uma abordagem metodológica sólida, baseada em estudos de caso, possibilita um exame aprofundado das particularidades de Benjamin Constant e de seu papel na região bragantina, contribuindo para a compreensão da interação entre história, geografia e sociedade.

Esta metodologia torna-se particularmente relevante quando alia a análise territorial ao estudo das novas exigências impostas pela modernização e pela globalização, permitindo compreender como as comunidades rurais continuam a se desenvolver sem perder suas características identitárias e culturais.

Dessa forma, este trabalho reveste-se de grande importância tanto para o campo da geografia quanto para as comunidades locais, na medida em que contribui para informar futuras políticas de planejamento territorial, valorização da agricultura familiar e inclusão social.

Por fim, justifico minha motivação para realizar esta pesquisa na área das ciências humanas. Primeiramente, ela surgiu da curiosidade despertada pelos relatos orais dos moradores da comunidade, que expressaram preocupação com o esquecimento das histórias de sua ancestralidade e do lugar onde vivem. Muitos dos poucos moradores que ainda residem na região já estão idosos, o que torna o resgate dessas memórias um desafio.

Outro fator motivador foi o rico contexto histórico e geográfico da região bragantina em diferentes períodos, uma história pouco explorada no ensino de geografia, pouco vivenciada no meio acadêmico e pouco valorizada pela população. Esse desconhecimento pode ser atribuído tanto à

escassez de literatura que narre a história local quanto à falta de difusão desse conhecimento.

Além disso, esta investigação constitui uma oportunidade para analisar as formas de resistência e adaptação dessa comunidade diante dos desafios socioeconômicos, permitindo uma compreensão mais ampla de como os espaços rurais se organizam para responder às dinâmicas de expansão territorial e à inserção de novas culturas, resultando em uma multiculturalização de técnicas e saberes.

No contexto das discussões sobre o desenvolvimento sustentável e a preservação da cultura local, esta pesquisa não é apenas academicamente relevante, mas também socialmente significativa, pois busca fornecer uma compreensão dos padrões tradicionais de uso da terra e da organização social da comunidade. Observa-se, ainda, uma reconfiguração da ocupação territorial diante da sociedade moderna do século XXI, marcada pela formação de pastagens para a pecuária extensiva, que ocupa tanto latifúndios quanto propriedades familiares. Esse processo introduz um novo conceito de espaço rural, impulsionado por agentes de mudança.

A ocupação econômica da Amazônia continua avançando de maneira semelhante ao passado, baseada em estratégias hegemônicas de grandes empreendimentos, muitas vezes com vínculos frágeis com a economia local, enquanto as atividades ligadas à agricultura familiar permanecem em segundo plano ou recebem apoio restrito.

A história da Amazônia tem mostrado que as diversas políticas de modernização do espaço e de racionalização dos usos vêm sempre acompanhadas de instrumentos de exclusão de direitos e concentração fundiária, reforçando ciclicamente a reprodução das elites e a subordinação dos lugares. O desenvolvimento local tem sido caracterizado pela forma excludente e concentradora.

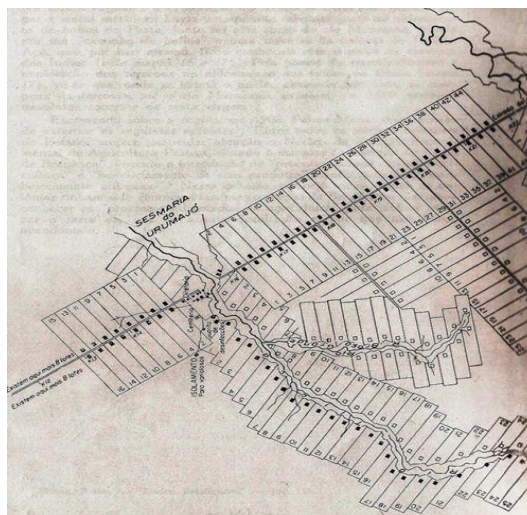
Dito desta maneira, podemos indagar se a introdução da modernidade através do “ciclo” da borracha na Amazônia foi uma das razões desse progresso ávido na Territorialização deste espaço, a começar pelo estabelecimento pautados na produção de alimentos para criação de uma sociedade autônoma neste cenário a Colônia Benjamin Constant é o alvo de análise Territorial no Espaço Rural de colonização.

ANÁLISE DE FORMAÇÃO GEOGRÁFICA E TERRITORIAL DA BENJAMIN CONSTANT

O Núcleo Benjamin Constant foi fundado no município de Bragança em 1894, a 25 quilômetros da sede municipal, entre os rios Tijoca, Urumajó, Emborahy e Emborununga. Era constituído por 559 lotes agrícolas, cada um com aproximadamente 25 hectares⁴. Em 1887, chegaram a Bragança 956 imigrantes espanhóis, destinados exclusivamente ao trabalho agrícola na Colônia Benjamin Constant. No entanto, o surgimento das colônias de implantação foi impulsionado pelo governo paraense em meados do século XIX, devido à carência de alimentos na capital, Belém do Pará (BORDALLO, 1981, p. 14).

A comunidade Benjamin Constant foi criada nesse contexto de expansão e beneficiou-se de sua localização geográfica central, que proporcionava fácil acesso às áreas comerciais e administrativas de Bragança (COELHO FILHO; BAIMA; PONTES, 2017).

Figura 2: Planta da Colônia da Benjamin Constant



Fonte: Penteadó (1967, p. 164)

4 Livro “Problemas da Colonização e uso da Terra da Região Bragantina do Estado do Pará” de Antônio Rocha Penteadó. p.164-165.

Geograficamente, a comunidade Benjamin Constant apresenta uma topografia plana, característica predominante na maior parte do município de Bragança, o que a torna propícia à habitação. A proximidade com rios e ribeiras proporciona aos moradores acesso a recursos hídricos essenciais, que sustentam a vida cotidiana e atividades econômicas tradicionais, como a pesca, a agricultura familiar e o extrativismo.

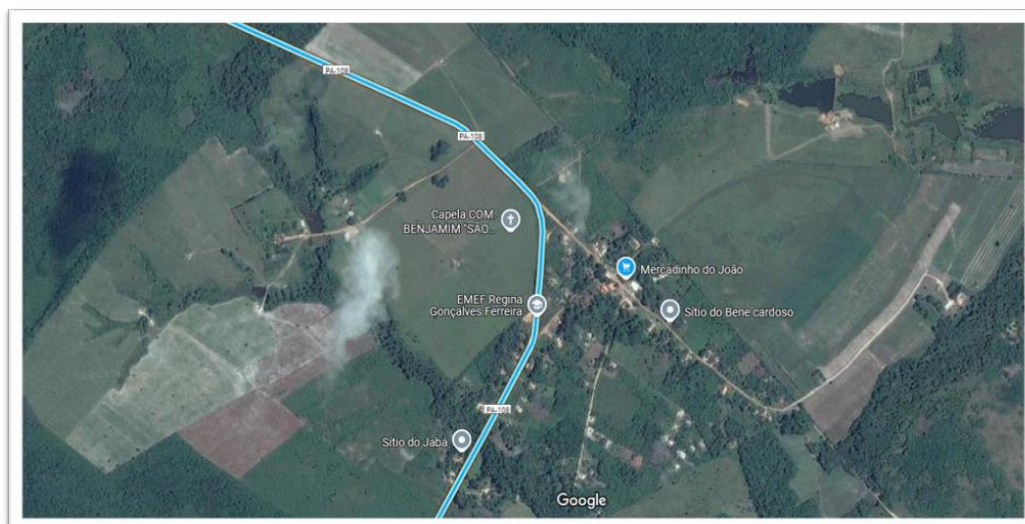
Embora a ocupação decorrente da colonização tenha alterado a paisagem natural, as áreas ocupadas ainda mantêm vestígios de espaços verdes, contribuindo para a preservação de partes do ecossistema local. O clima tropical úmido de Bragança, caracterizado por temperaturas elevadas e chuvas ao longo de todo o ano, influenciou diretamente a organização e o desenvolvimento da agricultura comunitária em Benjamin Constant.

Segundo Souza (2021), a comunidade abriga uma população diversificada de trabalhadores, incluindo agricultores, pecuaristas, extrativistas, comerciantes e famílias tradicionais que, ao longo do tempo, construíram uma vida em comunidade. A maioria dos moradores é descendente da migração espanhola e da imigração nordestina, o que resultou em uma identidade cultural diversificada dentro da comunidade.

De acordo com Penteado (1967), a região bragantina desenvolveu-se às margens da ferrovia. Assim, a origem dessa comunidade está diretamente ligada à capital paraense, impulsionada pela necessidade de escoamento da produção alimentícia, como podemos observar na figura 3, onde se destaca em azul por onde passava a antiga linha férrea, na atualidade é acesso à PA-108.

Vale destacar que as construções de Rodovias fazem parte do Plano de Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil em meados de 1956 a 1961, que tinha como objetivo na meta de 6-12, a rede de transportes no País, eram sete metas que se direcionavam a ferrovias, rodovias, portos aeroportos e marinha mercante. (COUTO, 2006).

Figura 3: Mapa de Localização da Rodovia PA-108



Fonte: Google Maps (2024)

No contexto da Amazônia e do estado do Pará, Benjamin Constant se destaca como uma área de singularidade marcante. A PA-108 tem uma posição marginal, evidenciando o isolamento em relação ao norte do Brasil. Além disso, a região configura-se como grande fonte de produtos agrícolas, exercendo influência fixadora das populações na região.

[...] foi um dos fatores de maior importância para a colonização da imensa extensão geográfica que se interpõe entre a capital e o Município de Bragança. No ano de 1896, foi publicada uma Lei que autorizava o Governador Lauro Sodré a proceder a um programa de colonização com estímulo à imigração vulgarmente de deserto verde (FERREIRA, 2003, p. 101).

Devido ao crescimento populacional, Benjamin Constant tornou-se o maior núcleo colonial ocupado, objetivo para o qual sua implantação foi planejada. Após a entrega dos lotes, a responsabilidade pela limpeza e organização do espaço recaía exclusivamente sobre o colono, seja ele europeu ou nordestino, que passaria a produzir ali (SILVA, 2015).

Alguns historiadores e estudiosos das Humanidades já distinguiram nitidamente três

períodos ou fases desse processo como cita (NONATO, 2008):

1º) Fase pré-ferroviária, que vai desde o século XVII, com a vinda de colonizadores europeus até 1908, na conclusão da ferrovia, quando Bragança passou por uma organização urbana encabeçada pelo intendente Antônio da Costa Rodrigues. Os colonos eram emigrantes, mais especificamente espanhóis, oriundos das regiões de Sevilla e Salamanca, que estavam sendo assolados por epidemias nas lavouras de suas terras, causando grandes prejuízos em suas terras.

2º) Fase ferroviária, período do conhecido e suposto auge, que vai de 1908, com a instalação da ferrovia até 1965, quando o Governo Militar a extinguiu, interrompendo esse ciclo;

3º) Fase pós-ferroviária, que provocou inicialmente certa depressão e decadência, com a perda de funções econômicas e políticas da cidade, com a retração de seu território e de tensão nos espaços sociais, além da mitificação da Estrada de Ferro como símbolo da modernidade e do enriquecimento de parte da sociedade de Bragança, que além de representar um marco de modernização, trouxe consigo um incentivo à colonização, com o claro objetivo de povoamento, visando aumentar a produção agrícola e romper o isolamento social que existia entre o núcleo de colonização de Benjamin Constant.

Mas, afinal, o que é colonização? Colonização é a relação entre uma sociedade que se expande e os lugares para onde essa expansão se dirige. Em essência, a colonização é uma conquista territorial (MORAES, 2000). Não se fala em colonizar o próprio espaço; na verdade, colonização refere-se à adição de um novo território ao patrimônio territorial. A "colônia" é a internalização de um agente externo, e a colonização implica a consolidação desse novo espaço.

As colônias de povoamento e produção agrícola na zona bragantina ganharam maior dinamismo com a construção da ferrovia de Bragança. Com a ferrovia, o governo provincial já havia reconhecido a necessidade de introduzir força de trabalho de origem europeia, e o governo estadual persistiu no empreendimento, considerando que o número de trabalhadores locais já estava plenamente ocupado nas lavouras existentes, conforme publicado no quarto centenário do descobrimento do

Brasil.

Tendo em vista o estabelecimento de uma via férrea até Bragança, tenho ordenado que de três em três léguas, mais ou menos, conforme as condições locais o aconselharem, vão sendo estabelecidos novos núcleos de mil emigrantes, ao passo que iguais ordens dei ao diretor do núcleo de Bragança para caminhar de lá em direção à capital (PARÁ, 1897-1901, p. 2).

De acordo com a publicação O Pará em 1900, Bragança é o município que possui duas florescentes colônias, sendo uma a do Almoço, já emancipada, e o outro Benjamin Constant, que contém cerca de dois mil colonos espanhóis e nacionais, devendo o seu maior desenvolvimento ao Dr. Cesarino Doce, que deixou a administração em 1898, depois de ter estudado e elaborado um minucioso projeto para uma estrada de ferro, no Sistema Decauville⁵. Os materiais para essa estrada foram imediatamente encomendados da Europa e já chegaram a Belém, destinando-se a conectar a sede da colônia, a quinze quilômetros de Bragança, com o porto da Sapucaia, à margem direita do rio Caeté, fronteira daquela cidade.

Ambas as colônias produziam amplamente tabaco, considerado o melhor fumo do país, farinha de mandioca, aguardente de cana, e o florescimento de Benjamin Constant chegou ao ponto de alguns colonos montarem, por sua conta, engenhos para a moagem de cana-de-açúcar, entre os quais um movido a vapor.

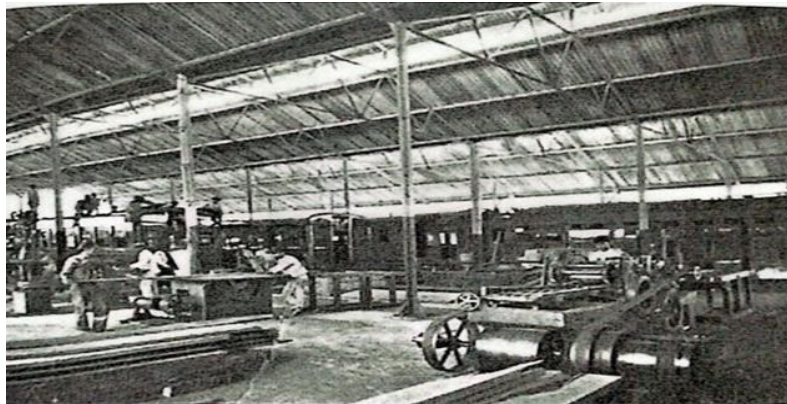
O primeiro grande marco no desenvolvimento da comunidade Benjamin Constant foi a construção da estrada de ferro que ligava Belém a Bragança. A "Estrada de Ferro Bragança" entrou em operação em 1908 e foi fundamental para a integração do município com o restante do estado do Pará. Para a comunidade, a ferrovia representou a primeira grande mudança econômica e demográfica.

Com a ferrovia, não só o transporte de produtos agrícolas, como arroz, mandioca, melão, aguardente, açúcar, tabaco e malva, passou a ser mais eficiente, mas também o movimento de transição de pessoas começou a aumentar, impulsionando o comércio de pequeno porte.

5 O sistema Decauville é um sistema de caminho-de-ferro de bitola ultra estreita, com elementos metálicos pré-fabricados. Foi criado por Paul Decauville (1846-1922).

O caminho de ferro atraiu migrantes em busca de novos empregos e oportunidades comerciais, contribuindo para o desenvolvimento demográfico e urbano de Bragança. A ferrovia também trouxe modernidade para a época, permitindo que Benjamin Constant e os habitantes das áreas vizinhas tivessem acesso a produtos estrangeiros, bem como a novas ideias e inovações tecnológicas que circulavam pelo Brasil. Nesse período, muitas empresas começaram a se instalar na cidade, principalmente ao longo da linha férrea, contribuindo para o desenvolvimento local (SEBASTIÃO, 2020).

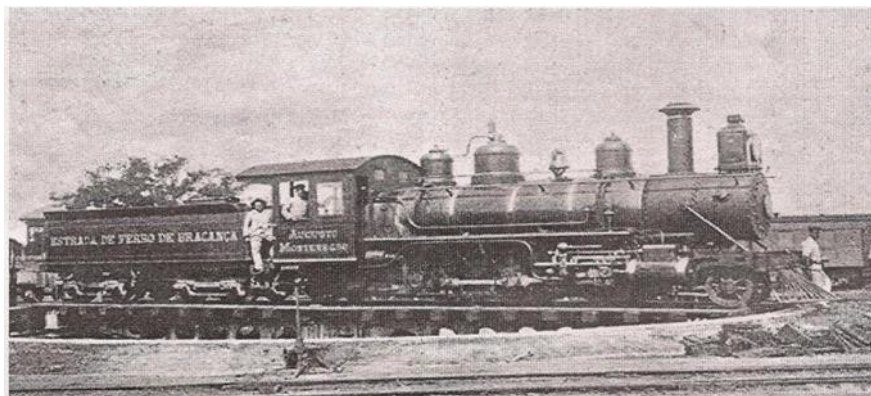
Figura 4: 1908-Estrada de Ferro de Interior da Oficina



Fonte: Arquivo Público do Pará

A chegada do trem à comunidade de Benjamin Constant foi um grande acontecimento, trazendo novidades e fortalecendo os laços da comunidade com o restante do estado. No entanto, com o passar do tempo e as mudanças no padrão de transporte no Brasil, a ferrovia foi desativada em 1964, marcando o fim de uma era de desenvolvimento acelerado, que havia sido sustentado por esse meio de transporte (NUNES, 2012).

Figura 5: Uma das Locomotivas a vapor da Estrada de Ferro



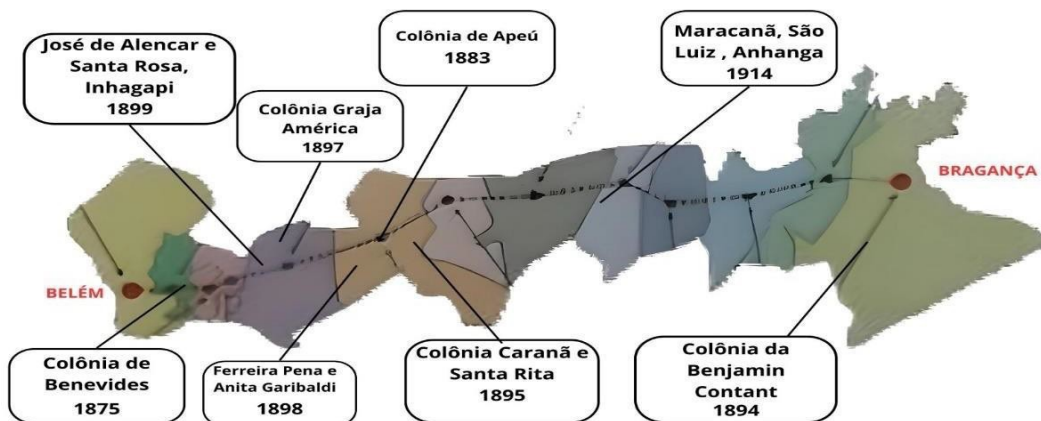
Fonte: Oliveira (2008, p. 277)

Além do impulso econômico imediato, a inauguração da Estrada de Ferro Bragança promoveu transformações profundas na vida social da comunidade. A chegada do trem alterou ritmos cotidianos e consagrou novos pontos de encontro — como a estação central —, que passaram a funcionar como espaço público de circulação, troca de informações e sociabilidade. Ao facilitar o acesso de professores, religiosos e agentes sanitários, a ferrovia também contribuiu para a difusão de práticas educativas e sanitárias, conectando Benjamin Constant a redes de conhecimento e atendimento público até então inacessíveis.

No campo da produção, a ferrovia não apenas ampliou o volume de escoamento, mas favoreceu a diversificação agrícola e o surgimento de pequenas indústrias locais. Além dos engenhos de cana a vapor, instalaram-se serrarias, olaria e oficinas de reparo de vagões e máquinas agrícolas, gerando novas ocupações e qualificações técnicas entre os moradores. A partir desse dinamismo, formou-se uma infraestrutura de comércio e serviços — estalagens, armazéns, bancas de jornal — que sustentou o crescimento populacional e consolidou Benjamin Constant como polo regional de abastecimento e distribuição. Porém, quando a ferrovia foi desativada, essas redes entraram em colapso, evidenciando o quanto a comunidade havia se estruturado em torno desse eixo de modernização.

Ordem Cronológica de Implantação de Núcleos a partir de 1875

Figura 6: Cronologia de Implantação de Núcleos a partir de 1875



Fonte: Matos (2024)

O surgimento de algumas organizações de produtos agrícolas no estado do Pará é resultado de um longo processo de construção. Inicialmente, essas organizações se confundiam com localidades ao longo das ferrovias, frutos do florescimento do progresso. Com a chegada da estrada de ferro, ao longo de suas margens foram construídas estações ferroviárias, paradas e estribos, que se tornaram elementos centrais das colônias dedicadas à produção de diversos gêneros alimentícios.

Figura 7: Agricultores aguardando a passagem do Trenzinho



Fonte: Oliveira (2008, p. 281)

Décadas mais tarde, todo o transporte de cargas e passageiros passou a ser realizado pela estrada de ferro, impulsionando o desenvolvimento da região bragantina e o surgimento de diversas colônias que, mais tarde, se tornaram cidades (LUZ; ORTIZ, 2013, p. 33).

Após o fim das operações ferroviárias em 1950, com a justificativa de que o Estado não poderia arcar com os custos de manutenção e conservação dos caminhos de ferro, a ferrovia foi entregue à União em junho de 1936, antes mesmo de concluído o prazo que garantia o direito à retomada definitiva do bem (SIQUEIRA, 2008, p. 200).

Observamos que a partir de 1956, o Governo de Juscelino Kubitschek- JK, priorizou o programa de metas intensificando o programa a expansão da rede rodoviária nacional, construiu Brasília e a rodoviária Belém Brasília, interligando o Estado do Pará ao resto do País e abrindo as portas para o mercado rodoviário em nossa região. Acreditamos então que, a partir de sua incorporação, a Estrada de Ferro de Bragança fora inserida no plano de extinção, que envolvia principalmente as rodovias deficitárias (SIQUEIRA, 2008, p. 200).

A região entrou no ciclo rodoviário, iniciado com a construção da Rodovia PA-458. Essa rodovia teve um impacto profundo não só na comunidade de Benjamin Constant, com a abertura da

PA-108, mas também em toda a cidade de Bragança (SOUZA, 2024).

O ciclo rodoviário desempenhou um papel decisivo na reconfiguração da economia local. A dependência anterior do transporte ferroviário foi substituída por caminhões e automóveis particulares, que passaram a ocupar as ruas e estradas da região.

Ao longo de seus mais de 110 anos de existência, a colônia passou por diversas transformações econômicas e sociais, que podem ser comprovadas ecologicamente através de sua paisagem, onde as matas nativas desapareceram quase completamente. De acordo com Siqueira,

Com o extrativismo desenfreado e as queimadas, as roças de mandioca e milho, assim como plantações de cana, que se destinavam à produção de cachaça, passaram a substituir as primitivas matas da Região Bragantina, transformando-a naquilo que hoje apresenta de mais repelente, como paisagens transformadas pelo homem: uma zona de capoeiras raquíticas e de macegas (SIQUEIRA, 2008, p. 232).

No entanto, como em muitas partes do Brasil, esse período também trouxe desafios, como a necessidade de melhorar a infraestrutura urbana, principalmente no que diz respeito à pavimentação e ao transporte público. Para uma cidade em ascensão, as demandas das comunidades rurais eram muitas, especialmente no que se referia ao transporte. Os moradores se sentiram isolados após a extinção da estrada de ferro de Bragança, pois dependiam dela para o transporte de suas mercadorias, sendo o trem o único meio de locomoção. Muitos foram obrigados a sair da colônia em busca de condições melhores na cidade

Figura 8: Registro da chegada dos imigrantes no final do século XIX



Fonte: Siqueira (2008, p. 45)

ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DA BENJAMIN CONSTANT

Culturalmente, Benjamin Constant é um reflexo da diversidade cultural de Bragança, uma vez que o fluxo emigratório e migratório contribuiu significativamente para essa diversidade identitária. A cidade de Bragança possui um rico patrimônio cultural, influenciado pelas culturas indígena, africana, portuguesa, espanhola e nordestina. Essa diversidade se reflete nas tradições e festas locais, como o Círio de Nazaré, uma das mais importantes celebrações religiosas da região, que mobiliza um grande número de pessoas e é um exemplo claro da difusão cultural proveniente da colonização (SOUZA; OLIVEIRA, 2015).

Figura 9: Igreja Católica



Fonte: Matos (2024)

Figura 10: Chegada do Santo Benedito da Colônia na Comunidade



Fonte: Matos (2024)

A unidade básica de saúde da comunidade, demonstrada na Figura 11, conta com médicos que atendem a população local e a de cinco comunidades vizinhas, como Urumajózinho, Tauari, Tijoca, Jandiateua e Santa Maria do Patal, além de uma rede de estradas que facilita o acesso a outras comunidades vizinhas, beneficiando as populações ribeirinhas locais (MINISTÉRIO DA SAÚDE DO ESTADO DO PARÁ, 2024).

Figura 11: Unidade básica de saúde Benjamin Constant



Fonte: Matos (2024)

Figura 12: Academia da comunidade



Fonte: Matos (2024)

Os programas de inclusão social, como a Bolsa Verde e a Bolsa Família, destinados a apoiar grupos vulneráveis também foram reforçados em 2024, alguns programas de saúde estratégica foram implementados de forma a promover saúde e bem estar, visando a participação de diferentes grupos etários em atividades esportivas, como a academia da saúde, além de programas culturais e educativos nas escolas. Essas iniciativas ajudaram a fortalecer o sentido de comunidade, promover o bem-estar social e criar uma rede de apoio entre os residentes.

Inserida em um município em expansão econômica e populacional, a comunidade de Benjamin Constant tem registrado melhorias significativas na área da educação. No período de

colonial, era necessário sair da vila e ir para Bragança, centro do município, em busca de estudos, sendo que apenas as pessoas com mais recursos financeiros podiam se deslocar. Isso se devia ao difícil acesso à escolarização, ao estado das estradas de chão e à ausência de transporte adequado. Por um longo período, os trajetos eram feitos principalmente por rios e carros de boi.

A Escola Regina Gonçalves Ferreira recebe o nome em homenagem à moradora mais antiga da imigração espanhola (em memória), deixando na comunidade um legado histórico. Sua filha, Lúcia Maria Ferreira Otake, descendente fiel dessa difusão cultural vivida em Benjamin Constant, continua na comunidade, onde contribui para a preservação da história, compartilhando suas memórias sobre como foi sua infância com seus pais imigrantes espanhóis.

O setor da educação também se beneficiou, com escolas públicas próximas que integraram suas salas de aula para proporcionar uma educação mais dinâmica aos alunos. Devido à baixa densidade populacional encontrada hoje na comunidade, 127 moradores segundo o Censo do IBGE de 2022, sendo alguns de comunidades vizinhas, há a predominância de classes multisseriadas nas turmas do ensino fundamental, essas salas são formadas por diferentes idades e níveis educacionais, ainda que escasso no recurso de material didático, estrutura da escola e heterogeneidade pela qual é formada observam-se que a escola utiliza-se da historicidade local com os alunos.

Figura 13 : Escola Municipal Regina Gonçalves



Fonte: Matos (2024)

Figura 14 : Lúcia Maria Ferreira Otake (Descendente Espanhóis)



Fonte: Bailosa (2024)

Durante a pesquisa, alguns moradores, descendentes de imigrantes espanhóis e portugueses, foram entrevistados. Eles ainda residem na comunidade e relataram um pouco sobre as memórias vivenciadas durante o período da colônia Benjamin Constant, uma época marcada por muitas dificuldades até a chegada da estrada de ferro de Bragança. Essas memórias serão aqui apresentadas como uma forma de demonstrar o que foi vivido nesse período. No entanto, alguns moradores têm poucas lembranças dessa história.

Lúcia Maria Ferreira Otake (2024):

Lembro-me que a luz de uma lamparina, meu pai lia jornais e revistas (na época cruzeiro e manchete) para nós, isso nos transportava para outros lugares, ouvíamos também as notícias do mundo no radinho de pilha, inclusive as notícias tristes da Guerra. Quando caiu aquele avião nos Andes, que houve canibalismo ouvimos tudo através da rádio, hoje tem o filme contando a história, ouvimos tudo no radinho, foi assustador! (Entrevista realizada pela professora Rosana para o Projeto Fic-Feira de Invenções e Criatividade da escola Bragantina em 2024, ano da construção deste projeto).

Figura 15: Descendentes povos Indígenas e Português: Maria de Paula Fernandes e Manoel NF de Sousa



Fonte: Matos (2024)

Dona Paula disse:

Olho para a comunidade hoje e lembro das dificuldades que eu os povos daqui vivenciam, tudo era distante e nosso percurso era somente através do rio. Quando chegou a estrada de ferro, nossa comunidade parecia uma cidade, toda povoada, era colono de todo jeito, tinha o bem mais apresentados e os menos (forma de vestir), que eram do serviço pesado estavam com a feição esgotada do trabalho pesado. Agora, era muito lindo os casamentos dos espanhóis na igreja, era uma época de muito respeito apesar de muita dificuldade. Vivemos uma época que tudo tinha dentro da Benjamin Constant, tinha cartório, casa de retirantes (guardas vigilantes), tinha grandes comércios de água ardente, pois éramos os maiores produtores de cana-de-açúcar, e malva, ainda temos na comunidade quem plante malva até os dias de hoje. São muitas lembranças desta comunidade, mas, as que mais afagam o coração é as lembranças do trenzinho, quando ia chegando em qualquer lugar tocava a corneta pra sinalizar que estava chegando nos lugares, e era muito engraçado que apesar do som alto ainda tinha pessoas que perdiam o trem. Outra lembrança engraçada era nossas roupas ficar cheias de buraquinhos

porque queimava com a fálscia.

Esses relatos revelam não apenas fatos históricos, mas também os sentimentos e significados atribuídos pelas moradoras a acontecimentos cotidianos, como a chegada do trem, a escuta coletiva do rádio e a convivência entre os diferentes grupos de colonos. Dona Paula, por exemplo, rememora com carinho os casamentos dos espanhóis, a presença marcante do cartório, os comércios de aguardente e o cultivo da malva, expressando uma nostalgia que carrega a memória viva de uma comunidade outrora vibrante. Suas palavras ilustram a convivência entre o progresso e a precariedade, e demonstram como a chegada da ferrovia simbolizou, por um tempo, um elo com o mundo exterior, trazendo esperança e desenvolvimento, ainda que cercado por muitas limitações.

As lembranças da lamparina acesa, da leitura de jornais pelo pai, e do som do trenzinho anunciando sua chegada, narradas por Lúcia, revelam como a memória se constrói também por meio dos pequenos gestos, sons e sensações. Trata-se de uma memória sensível, que articula o vivido com o sentido que se atribui às experiências. Conforme Bosi (2003), essas “lembranças de velhos” funcionam como guardiãs de um tempo que insiste em permanecer, mesmo diante das mudanças estruturais.

Por isso, ouvir os mais velhos não é apenas um gesto de respeito, mas uma estratégia metodológica fundamental para quem deseja compreender, de forma humana e contextualizada, os processos históricos e sociais de uma comunidade. Nesse sentido, os relatos apresentados não são meros depoimentos: são fontes vivas de conhecimento, identidade e pertencimento (BOSI, 2003).

O processo de modernização agrícola tem gerado diversos impactos negativos na região. Um dos efeitos mais visíveis é o assoreamento dos rios, fenômeno que atinge especialmente os rios Tijoca, Urumajó e Jejuí, antes amplamente navegáveis. Atualmente, esses cursos d'água se assemelham a pequenos igarapés cercados por áreas de pastagem, tornando-se intransitáveis para embarcações e comprometendo o ecossistema local.

Paralelamente, a atividade agrícola da comunidade tem se concentrado na monocultura da

mandioca, destinada à produção de farinha como demonstrado na fig.16. Contudo, observa-se uma significativa alteração no uso do solo, uma vez que grande parte das terras foi vendida e convertida em fazendas voltadas à pecuária bovina, priorizando o uso do território como pastagem (PEREIRA, 2006).

Figura 16: Colheita da Mandioca



Fonte: Matos (2024)

Na geografia, a territorialidade é definida pelas relações sociais expressas no território, seja pela materialidade (produção, troca e consumo) ou pela imaterialidade (ideias, controle, autoridade, estratégias, etc.), e essas relações forjam identidades territoriais (SOUSA, 2020). Dessa forma, a estruturação do território está ligada à maneira como o sujeito territorializa esse espaço, e essas relações humanas delimitam áreas para o exercício do poder. Ou seja, a territorialidade obedece à estrutura da territorialidade humana.

Alguns espaços públicos, que fizeram e fazem parte do contexto histórico desta comunidade, foram abandonados como objetos desafetos, ou seja, sem finalidade de uso pelo poder público.

Exemplos disso é a Estação Ferroviária e o antigo Terminal de Cargas, que, por gerações, foram espaços de união de diversos povos.

Figura 17: Antigo Terminal de Cargas Benjamin Constant



Fonte: Matos (2024)

Figura 18: Antiga Estação Ferroviária



Fonte: Matos (2024)

No entanto, como muitas comunidades situadas em áreas rurais, Benjamin Constant ainda enfrenta desafios relacionados à infraestrutura básica da escola, como salas de aula com recursos

pedagógicos inadequados, além da falta de oferta de cursos profissionalizantes para os alunos que concluem o ensino médio. Muitas vezes, esses alunos acabam se submetendo ao único serviço disponível: trabalhar como ajudantes nas fazendas dos grandes proprietários da comunidade. Outros problemas incluem a falta de coleta de lixo, a distribuição insuficiente de água potável e a ausência de pavimentação asfáltica.

A comunidade, que todos os anos precisam percorrer 25 km para se deslocar até o centro da cidade e realizar suas atividades cotidianas, enfrenta ainda dificuldades devido à estrada, que não oferece condições adequadas. No inverno, a lama e os buracos tornam a viagem quase impossível, enquanto no verão, a poeira prejudica a saúde dos moradores que vivem nas margens da estrada. Essas questões continuam a afetar a qualidade de vida dos moradores, pois serviços públicos essenciais, como transporte, escolas e serviços de saúde, são insuficientes para atender às necessidades básicas da população.

Nas imagens abaixo, é possível perceber que, dentro do mesmo espaço onde está localizada a comunidade, um pequeno trecho de 2 km da estrada recebe asfaltamento, demonstrando a centralidade dos principais fluxos populacionais de comunidades vizinhas que utilizam os serviços públicos ofertados na comunidade. Já na rua lateral à direita, sem asfaltamento, encontra-se a estrada de chão, onde moram os comunitários que fazem parte dessa mesma comunidade. Ou seja, o espaço ocupado reflete as formas desiguais de uso territorial.

Figura 19: Lado esquerdo com asfalto: acesso aos órgãos públicos, lado direito: localizam-se casas dos moradores da comunidade.



Fonte: Matos (2024)

Figura 20: Via principal recebe asfalto no centro apenas onde encontram-se os exercícios de uso público: escola, academia da saúde, estação ferroviária, igreja, centro comunitário



Fonte: Matos (2024)

Resultados analisados

O processo histórico da comunidade pode ser analisado através de três fases principais: o ciclo ferroviário (1908-1964), o ciclo rodoviário (1959-1963) e o ciclo da eletricidade (2008-2010), com a implementação do PROGRAMA DE UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO E USO DE ENERGIA

ELÉTRICA, mais conhecida

como Luz para Todos, que teve início a partir do Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003 (SOUZA, 2024). Cada uma dessas fases não apenas trouxe mudanças físicas e estruturais, mas também teve um impacto direto no modo de vida, nas oportunidades econômicas e no desenvolvimento social dos residentes locais.

A eletrificação, por exemplo, teve um impacto profundo na cultura e no lazer. Com a chegada da energia elétrica, por meio do PROJETO LUZ PARA TODOS, em 2008, os moradores de Benjamin Constant passaram a ter acesso a televisores, rádios e outros eletrodomésticos em suas casas, conectando ainda mais a comunidade ao restante do Brasil e ao mundo (SOUZA, 2021). Além disso, os serviços públicos essenciais, como as escolas e a unidade básica de saúde, foram melhor equipados, o que possibilitou a prestação de serviços mais eficazes e completos à população. Programas de rádio e televisão trouxeram informações, músicas e notícias de fora, ampliando os horizontes culturais dos moradores. Esse processo foi fundamental para integrar a comunidade ao ambiente mais amplo, contribuindo para a modernização e transformação dos costumes locais (COELHO FILHO; BAIMA; PONTES, 2017).

Além disso, a chegada da eletricidade possibilitou que atividades noturnas, como festas, bares e eventos culturais e religiosos, se realizassem com maior frequência. As comunidades puderam organizar-se em torno de novas oportunidades de lazer e de desenvolvimento cultural. Ao longo das décadas, a eletricidade tornou-se uma necessidade, e o aparecimento de novas tecnologias e serviços transformaram o cotidiano dos habitantes (SEBASTIÃO, 2020).

Nos últimos anos, a comunidade de Benjamin Constant passou por uma série de novos desenvolvimentos, destacando-se a expansão da internet de banda larga e de outras tecnologias digitais. A conectividade trouxe novos horizontes aos residentes, permitindo-lhes acesso à informação, ao ensino a distância e a novas oportunidades de trabalho remoto (IBGE, 2022). O advento da internet também tornou os serviços públicos e de saúde mais acessíveis aos residentes, que agora podem agendar consultas online e utilizar aplicativos para acompanhar suas necessidades diárias.

Benjamin Constant é um território em processo de transformação no município de Bragança. O ciclo histórico dos caminhos-de-ferro, das rodovias e da eletrificação continua a impactar a comunidade, que hoje é um local com tradições e costumes ativos e uma população diversificada. Ao longo dos anos, alguns serviços contribuíram para a melhoria da infraestrutura, apesar da redução do tamanho da população (NAHUM, 2024).

Por outro lado, nas últimas décadas, a participação dos órgãos públicos, como a Prefeitura Municipal de Bragança (PMB), tem deixado a desejar dentro da comunidade, especialmente no que diz respeito ao acesso a serviços básicos, como água encanada, esgoto tratado e coleta regular de lixo. Além disso, há uma lacuna em assistências e programas voltados para a população jovem presente na comunidade.

Serviços públicos, como o cartório de registros de títulos e documentos gerais, foram deteriorando com o tempo, restando apenas um terreno baldio, onde importantes registros históricos ocorreram, incluindo o próprio nascimento de muitos moradores. Algumas repartições instaladas durante a época do trilho ferroviário, como a estação ferroviária e os engenhos de açúcar, foram abandonadas ou transferidas para a área urbana, dado que, com a extinção da linha férrea, vários bens e serviços existentes na comunidade desapareceram como retratam a fig.21.

Figura21: Terreno baldio do antigo cartório Benjamin Constant



Fonte: Matos (2024)

Dona M^a da Paz Alencar disse:

A estrada de ferro exerceu durante muitos anos a influência fixadora daquelas populações na comunidade, com a extinção da mesma foi como promover a expulsão dos povos dos campos onde moravam e trabalhavam, para a cidade haja vista que com a substituição da estrada de ferro pela rodovia, aconteceu de forma muito lenta. Minha mãe contava que foram anos muitos tensos, de esquecimento mesmo. Tínhamos a terra, mas os grandes comerciantes foram todos embora tentar a vida na cidade porque não tinha pra quem vender a comunidade caiu em um imenso isolamento, pois sem o trem sem fluxo de pessoas, sem venda.

Com base na fala dos moradores locais, a substituição da ferrovia por rodovia aconteceu de forma lenta por falta de recursos para chegar até a comunidade sujeita a contínuas mutações tanto pelos avanços tecnológicos quanto pelo fluxo informacional. Nesse sentido, o território de Benjamin Constant, assim como qualquer outro, é produto da história humana e das relações sociais que nele se tecem, representando os vínculos e práticas que o definem (SANTOS 1988).

As transformações vivenciadas em Benjamin Constant evidenciam como o território se refaz a cada nova dinâmica produtiva e circulatória. As antigas rotas ferroviárias, hoje substituídas por estradas vicinais, e a adoção de práticas monocultoras redefiniram o uso do solo, encurtando distâncias em alguns sentidos e ampliando o isolamento em outros. Essas mudanças materializam a tensão entre processos de integração — como a eletrificação e a modernização agrícola — e mecanismos de exclusão, responsáveis pela fragmentação social e pelo êxodo de parte da população rural.

Um exemplo disso é o avanço da compra de terras em grande escala por migrantes das regiões Sudeste e Centro-Oeste, como mostra a fig.22, o que tem gerado transformações no espaço, colocando em evidência a desterritorialização de povos de comunidades rurais, para áreas urbanas, promovendo por um lado o êxodo rural, e uma nova forma de reterritorializar este espaço, exigindo um planejamento mais eficiente para equilibrar a expansão com a proteção do meio ambiente e o resgate das populações que estão sendo deslocadas de seus territórios.

Logo abaixo, teremos o mapa caracterizando o uso territorial da comunidade enfatizando

três áreas principais demarcadas conforme a observação em Locus.

- Demarcação em vermelho: área degradada por uso constante de queimadas, para plantio de pasto, levando a terra a perca de alguns nutrientes e a diminuição de produtividade. Percebeu-se que este lote não pertence aos moradores locais e sim imigrantes.
- Demarcação em verde: área de plantio de mandioca, da agricultura familiar, realizadas por famílias que cultivam para auto consumo em pequena escala e para o mercado em grande escala, na grande maioria dos casos usam práticas mais tradicionais adaptando-se ao moderno com o uso de ferramentas modernas.
- Demarcação em amarelo está a área residencial da Benjamin Constant composta por duas vias uma com saneamento básico (asfalto) presença de escolas, posto de saúde, igreja e centro comunitário, antiga estação ferroviária, antigo terminal ferroviário, ou seja, a área de maior convivência social diária destes moradores. E do outro lado nota-se uma via com estrada de chão que dá acesso à casa dos moradores, totalmente sem saneamento básico.

Figura 22: Caracterização do uso Territorial da Vila Benjamin Constant



Fonte: Matos (2024)

Saquet (2003) destaca as relações do homem do campo com o seu território, haja vista que este espaço está em constantes transformações que aconteceram e estão acontecendo no espaço rural. Necessariamente fruto do processo histórico em construção, enquanto um espaço de produção e reprodução social de sua população. A importância da agricultura familiar também é ressaltada por Silva (2015), que destaca que essa modalidade de produção é essencial para a manutenção da diversidade cultural e das identidades das comunidades rurais.

DESCRIÇÃO DAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIOECONÔMICAS DA COMUNIDADE DA BENJAMIN CONSTANT

A comunidade Benjamin Constant, localizada em Bragança-PA, tem uma longa história e passou por mudanças significativas ao longo dos anos, em grande parte devido aos ciclos de desenvolvimento que moldaram tanto a comunidade quanto a cidade. Esses ciclos se refletem em processos que marcaram a memória dos moradores.

Em termos de desenvolvimento econômico, a comunidade reflete a dinâmica regional de Bragança, que ainda se baseia na agricultura, pesca e extrativismo local. A economia local, fundamentada na agricultura familiar, na produção de farinha e derivados da mandioca, embora tradicional, vê os pequenos agricultores tentando adaptar-se às novas mudanças no modo de produzir e comercializar a farinha como demonstra na fig.23.

Figura 23: Comercialização da Farinha na feira do Agricultor



Fonte: Matos (2024)

Em 18/05/2021, O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) concedeu o pedido de registro de Indicação Geográfica para a farinha de Bragança por meio da RPI 2628, de 18 de maio de 2021. Com isso, o produto fabricado no município do nordeste paraense terá reconhecimento no mercado pela sua procedência e pela tradição regional, não podendo seu nome ser usado por outros produtores.

A concessão da Indicação Geográfica-(IG), permite um aumento do valor agregado da farinha de Bragança, a preservação da tradição, assim como a valorização de quem produz. O produto passa de uma notoriedade para tornar-se autêntico, exclusivo e diferenciado. Ao atender o mercado consumidor o pequeno agricultor segue uma série de exigências uma delas é para manter a qualidade do produto com visto da ANVISA, outra é de cunho econômico para seguir padrões de funcionalidade como o caso dos novos formatos das casas de farinha na região bragantina como demonstrado na fig.24.

Figura 24: Novo modelo da casa de farinha



Fonte: Matos (2024)

Este modelo de padronização das casas de farinha na comunidade e nas comunidades vizinhas, é uma exigência imposta pelo mercado consumidor externo, que traz consigo uma nova abordagem para o pequeno agricultor, referente ao seu modo de produção. Além disso, também envolve questões financeiras, sendo os principais aspectos: sociais e econômicos.

É importante ressaltar o lugar onde a agricultura familiar bragantina está inserida, e o porquê de adaptar-se ao seu dinamismo para compreender a lógica organizacional da região ao mercado consumidor.

Dentro da visão da agricultura familiar trazido por Abramovay (1998) e Schneider e Niederle (2008) existe um grupo de agricultores que se enquadra na perspectiva de inserção aos mercados, citarei aqui alguns produtores agricultores de farinha de mandioca, que produzem maior parte para o mercado, os agricultores produtores de milho, os agricultores produtores de ovos de galinha caipira, os agricultores de frutas e hortaliças. Saliento que este tipo de agricultor não é predominante, pois os mesmos se organizam conforme o tempo e espaço no uso da terra.

Observa-se que um grande número de agricultores com pequenos graus de inserção nos mercados se mantém com traços nos seu modo de produção original campesino, com práticas

tradicionais desde o modo de colheita até a produção do produto final a farinha de mandioca.

Observa-se também que a convivência do moderno com o tradicional molda aos poucos a vida do agricultor inserido no mercado, buscando formações e medidas que possam alinhar seus saberes ancestrais às novas tecnologias.

Durante a última visita à comunidade, foi aplicado um questionário a um grupo de 15 pessoas de ambos os sexos, com faixa etária entre 40 e 60 anos, todos residentes na comunidade e atuantes diretamente na agricultura familiar.

Nos resultados analisados sobre a organização dos moradores, obteve-se o seguinte:

Quadro 1 – Perguntas e Frequência de respostas relacionadas ao uso da terra

Grupo de moradores com idade entre (40-60 anos)	Frequência de respostas de 15 moradores da agricultura familiar
1. Origem do morador: descendentes espanhóis e nordestinos	50% espanhóis e 50% nordestinos
2. Qual o tamanho da sua propriedade?	hectare-80% / hectare-20%
3. Qual sua principal fonte de renda?	30%-Produção de farinha de mandioca 5%-Cultivos de Hortaliças/Frutas Tropicais 55%-Pastagem para criação bovina*/ 5%-Pesca 5%-Comércio
4. Caracterização o agricultor:	90% Agricultor proprietário 5% Meeiro 5% arrendatário
5. Caracterização da Lavoura:	50%-Cultivo de mandioca 30%-Cultivo de Milho 20%-Cultivo de Feijão 5%-Cultivo de Frutas e hortaliças
6. Membro de alguma cooperativa?	20% Membro de Cooperativa 80% Não é membro
7. Qual tipo de agricultura em uso na propriedade?	50%-Extensiva-tradicional 50%-Intensiva- mecanizado
8. Possui assistência técnica, no manuseio dos solos?	50% recebem auxílio da Emater e Sindicatos rurais. 50% não recebem auxílio nenhum
9. Se não possui assistência quais gostaria que o município pudesse fornecer?	50%-Uso de ferramentas mecânicas 10%-Palestras e Oficinas 40%-Cursos Técnicos
10. Realiza pesquisa de mercado?	100%-Realiza pesquisa de mercado
11. Escoamento da produção?	100%-Escoamento através da Estrada
12. Terra é regularmente documentada?	80%-Não / 20%-Sim
13. Possui CAR-Cadastro ambiental rural?	80%-Não 20%-Sim

Fonte: Matos (2024)

Esse quadro demonstra a evolução da agricultura na Vila Benjamin Constant e como as famílias agricultoras moldaram o território ao longo do tempo. Saquet (2007) aponta que mudanças, como a introdução de novas práticas econômicas, podem gerar tensões. As comunidades podem resistir a essas transformações, buscando preservar suas identidades tradicionais ou adaptando-se por meio da criação de novas formas de relacionamento com o território.

Os resultados obtidos indicam que a maioria dos pequenos agricultores é proprietária de suas terras. No entanto, nem todos possuem documentação formal, pois as propriedades foram transmitidas de geração em geração, por herança ou laços de parentesco. A ausência desse documento traz diversos impactos negativos para a agricultura familiar, tais como:

a) Conseguir recursos financeiros através de programas e órgãos municipais, estaduais e federais;

b) Possuir o CAR - Cadastro Ambiental Rural, que pode trazer vários benefícios agrícolas, como acesso ao seguro, aos programas de apoio e isenção de imposto de rendas e aquisição de equipamentos;

c) Empréstimo bancário em pessoa física é o mais utilizado pelos que ficam à mercê da produtividade das lavouras;

d) Mão de obra temporária é menos utilizada pelos pequenos agricultores, pois eles trabalham em coletivo com a família;

e) As famílias que possuem CAR e documentação apresentam lavouras mais bem estruturadas.

Considera-se que o documento coloca, inicialmente, “a realidade dos fatos”, com o título “a terra de todos como terra de poucos” no que toca a agricultura familiar da seguinte maneira:

- A política de crédito beneficia os grandes proprietários de terra;
- Os incentivos fiscais, ao favorecer a expansão das empresas pecuaristas, prejudicam a

agricultura familiar;

- O pequeno agricultor sofre as carências da falta de escoamento da produção, do preço baixo de seus produtos e da sistemática do atravessamento da comercialização.

Em síntese, a evolução da agricultura em Benjamin Constant reflete tanto a capacidade de adaptação das famílias agricultoras quanto os entraves estruturais que marcam a agricultura familiar. Conforme Saquet (2007), a introdução de novas práticas econômicas pode gerar tensões e resistências, e no caso local essa dinâmica se expressa na luta pela regularização fundiária e pelo acesso a políticas públicas. A inexistência de documentação formal limita o acesso a crédito, a programas de apoio e ao Cadastro Ambiental Rural, aprofundando desigualdades frente aos grandes proprietários. Por outro lado, os pequenos agricultores que conseguem regularizar suas terras demonstram melhores resultados produtivos e instabilidades financeira. Assim, assegurar a titulação e o registro ambiental das propriedades não é apenas uma questão burocrática, mas um passo essencial para fortalecer a agricultura familiar, garantir segurança jurídica e promover um desenvolvimento rural mais justo e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao revisitar o passado da comunidade Benjamin Constant, enquanto antiga co-lônia agrícola é possível compreender de forma crítica os processos históricos que moldaram sua organização territorial, social e econômica até os dias atuais. O estudo revelou três fases fundamentais: o ciclo ferroviário (1908–1964), que representou um período de expansão e integração econômica; o ciclo rodoviário, iniciado tardiamente, que agravou o isolamento da comunidade após a desativação da ferrovia; e o ciclo da eletrificação (2008–2010), que trouxe avanços culturais e estruturais importantes, como o acesso à energia e à informação.

Entre os principais achados, observou-se a significativa redução populacional, passando de

mais de cinco mil moradores durante o auge da colônia para apenas 127 habitantes fixos, de acordo com o Censo de 2022, decorrente do enfraquecimento da economia local, anteriormente sustentada pelo transporte ferroviário e pela agricultura familiar. A comunidade enfrenta desafios como à compra de terras por migrantes de outras regiões, provocando processos de desterritorialização e o êxodo de moradores locais. Apesar disso, a agricultura familiar resiste, sendo ainda hoje a principal atividade econômica da comunidade, embora marcada pela informalidade, baixo acesso a crédito e carência de apoio técnico. Os dados revelam ainda deficiências graves na infraestrutura básica, como estradas não pavimentadas, falta de saneamento, ausência de coleta regular de lixo, além da escassez de políticas públicas voltadas à juventude rural.

A análise temporal desses ciclos permite associá-los ao conceito de frente pioneiro, conforme discutido por Fábio Gurgel (2000), que se refere à expansão inicial sobre novas áreas, com forte impulso colonizador e produtivo, mas que, com o tempo, sofre reconfigurações espaciais, sociais e econômicas, resultando em processos de esvaziamento e abandono territorial. Benjamin Constant, nesse sentido, ilustra um exemplo claro dessa dinâmica, ao vivenciar uma ocupação intensa no início do século XX e, posteriormente, um declínio acentuado devido à falta de políticas estruturantes de permanência no campo.

A partir dessa conclusão, algumas propostas concretas podem contribuir para o fortalecimento e revitalização da comunidade. A primeira é a promoção da regularização fundiária e ambiental, por meio de mutirões coordenados com órgãos como o INCRA e a EMATER, a fim de garantir o acesso ao CAR e à documentação das terras, possibilitando aos agricultores familiares participar de programas de fomento rural. Também é essencial oferecer assistência técnica contínua, voltada à agricultura sustentável, que una práticas tradicionais aos recursos modernos, por meio de oficinas, capacitações e assessoria especializada.

Outra proposta importante é a melhoria da infraestrutura rural, com a pavimentação de trechos estratégicos das estradas, especialmente aqueles que ligam a comunidade aos centros urbanos e aos serviços públicos, favorecendo o escoamento da produção e o transporte escolar.

O fortalecimento de associações e cooperativas locais também se mostram necessário, garantindo que pequenos produtores possam acessar mercados institucionais, como o PAA e o PNAE, além de romper com a dependência de atravessadores.

A valorização da cultura local e o desenvolvimento de iniciativas de turismo de base comunitária, que resgatem a memória da ferrovia, das famílias migrantes e das tradições produtivas, também podem gerar alternativas de renda e fortalecer o sentimento de pertencimento. Também se faz fundamental investir na juventude rural, promovendo a oferta de cursos técnicos, programas de formação profissional e ações que aproximem os jovens do campo de novas tecnologias e oportunidades de desenvolvimento.

A comunidade Benjamin Constant, ainda que marcada por transformações profundas e desafios históricos, revela-se como um território de resistência, memória e identidade, e valorizar essa história, ouvir seus moradores e construir políticas públicas efetivas e sensíveis à sua realidade são passos essenciais para assegurar um futuro mais justo, sustentável e enraizado em suas origens.

REFERÊNCIAS

BELL, Judith. Como realizar um projeto de investigação. Lisboa: Gradiva, 1997. BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. 9 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BRITO, Jakeline Almeida. Geografia da Mandioca na Amazônia Paraense: meio geográfico, modo de vida e a cultura da farinha no meio rural do município de Bragança (PA). Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

CARVALHO, José Paes. O Pará em 1900: quarto centenário do descobrimento do Brasil. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COUTO, Ronaldo Costa. Brasília Kubitschek de Oliveira. Editora Record, São Paulo, 2006.

COELHO FILHO, Narciso Moreira; BAIMA, Thiago de Souza; PONTES, Michele da Silva. A economia gomífera da cidade de Remate de Males na configuração do território amazônico. Revista Geopolítica Transfronteiriça, v. 1, n. 2, p. 43-59, 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Ferrovias do Brasil. Rio de Janeiro: SERGRAF do IBGE, 1948.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. I centenário das ferrovias brasileiras. Rio de Janeiro: SERGRAF do IBGE, 1954.

COSTA, Roseane Guimarães Cabral. Territorialidade e condições de vida dos indígenas Cocama da comunidade Nova Esperança de Manaus - AM. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

CRUZ, Ernesto. A Estrada de Ferro de Bragança: visão social, econômica e política. Belém: SPVEA, 1955.

ESTEVES, Maria Helena. Os percursos da cidadania na Geografia escolar portuguesa. Dissertação (Doutoramento em Geografia) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

FERREIRA, Francisco Melo; NAVES, Maria do Carmo. Estudo de caso: uma oportunidade de fazer Geografia e esquecer os exames. In: VIº Colóquio Ibérico de Didática da Geografia. Anais [...]. Porto: 2013

GURGEL, Fábio. A questão agrária no Brasil: frentes pioneiras e modernização conservadora. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

HISTÓRIA SOCIAL DO CAMPESINATO. Apresentação geral. São Paulo: UNESP, 2008/2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2022, Bragança-Pará. Brasília: IBGE, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MINISTÉRIO DA SAÚDE DO ESTADO DE PARÁ. Departamento de Gestão do SUS. Boletim Informativo Socioeconômico Benjamin Constant. Bragança: Ministério da Saúde, 2024.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

NAHUM, João Santos. Notas sobre a Formação Territorial da Amazônia Paraense: do meio natural ao meio técnico. In: SILVA, Christian da.; PAULA, Cristiano Q de; SILVA, João Marcio P. da. (Orgs.) Produção espacial e dinâmicas socioambientais no Brasil setentrional. 1. ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2024. p. 23- 42.

NUNES, Francivaldo Alves. Colônias Agrícolas na Amazônia. 1. ed. Belém: Editora Estudos Amazônicos, 2012. p. 11,14 e 16.

NONATO DA SILVA, Dário Benedito Rodrigues. Ao apito do trem: história social e política da Estrada de Ferro de Bragança. 2008. Apresentação de trabalho (Conferência ou palestra).

PENTEADO, Antônio Rocha. Problemas da colonização e uso da terra da Região Bragantina do Estado do Pará. Belém: Universidade Federal do Pará, 1967. p. 164- 165.

PONTE, João Pedro. Investigar a nossa própria prática. In: GTI (org.). Reflectir e investigar sobre a prática profissional. Lisboa: APM, 2002. p. 5-28.

SANTOS, Milton. Paisagem e Espaço. In: SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988/1998. p. 20-26.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Os tempos e os territórios da colonização italiana: desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: EST, 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. Proposições para estudos territoriais. *GEOgraphia*, v. 8, n. 15, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13511>.

SAQUET, Marcos Aurélio. Território e identidade. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. Anais [...]. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 13869- 13881.

SILVA, Josiel da Luz. Bragança: urbanização em tempo de epidemia (1870-1902). 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Bragança, 2015.

SIQUEIRA, José Leôncio Ferreira de. Trilhos: “O caminho dos sonhos” (Memorial da estrada de Ferro de Bragança). Pará: Bragança, 2008. p. 238.

SOUSA, Maria José; DE CARVALHO, Maria Margarida; BAPTISTA, Cristina Sales. Como Fazer Investigação, dissertações, teses e relatórios, segundo Bolonha. Lisboa: Lidel, 2011.

SOUZA, Luciano Andrade. A Estrada de Ferro de Bragança e a produção do espaço na Amazônia: reflexões acerca do Município de Benevides (PA). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)*, v. 5, n. 01, p.123 – 136 2024.

SOUZA, Mauricio Cordeiro. Ritama Yamimim Katupe: Os Kokama de Sapotal. 2018. Trabalho de Conclusão (Bacharelado em Antropologia) – Universidade de Brasília - UnB, Brasília, 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná et al. (orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura Familiar e Teoria Social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura, cap. 32, in: II Simpósio Internacional sobre Savanas Tropicais. Brasília, 2008.